



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 4.021, DE 2021**

Determina que todos os valores ou bens provenientes dos efeitos da condenação judicial criminal ou cível ou de acordos, inclusive na atuação extrajudicial do Ministério Público, e que sejam por lei destinados à União serão utilizados no combate ao câncer.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a destinação dos valores e bens oriundos dos acordos de não persecução penal firmados pelo Ministério Público de que trata o art. 28-A do Decreto-Lei n 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Art. 2º. O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 28-A ..... 28-A

§ 15 A prestação pecuniária ajustada em acordos de não persecução penal destina-se à entidade pública ou de interesse social, preferencialmente ao custeio de ações e programas de saúde voltados para o combate ao câncer.” (NR).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do exercício financeiro seguinte ao da sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de dezembro de 2024.

Deputado **MARIO NEGROMONTE JR.**

Presidente

